

[illegible]




Nº DO PROCESSO	0012541/2024	DATA DE ENTRADA	23/05/2024 10:37:02
SETOR DO USUÁRIO			
COMISSÃO DE LICITAÇÃO			

COMPLEMENTO
IMPUGNAÇÃO - PP 07/2024-SRP

REQUERENTE	
SIMPRESS COMERCIO LOCACAO E SERVICOS LTDA	
TELEFONE	CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL)

[illegible]

 <p>Estado do Rio de Janeiro Prefeitura Municipal de Maricá</p>	Nº DO PROCESSO	DATA ABERTURA
	0012541/2024	23/05/2024 10:37:02

REQUERENTE
SIMPRESS COMERCIO LOCACAO E SERVICOS LTDA

ASSUNTO
LICITAÇÃO / IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

COMPLEMENTO
IMPUGNAÇÃO - PP 07/2024-SRP

ILMO. SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ.

PREGÃO PRESENCIAL PREGÃO Nº 07/2024 - SRP

12541/24
23 05 24
03
JMF.

SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.432.517/0001-07, com sede na cidade de Santa de Parnaíba – Al. Ásia 201, 1º e 2º andares – Polo Empresarial Tamboré – Cep: 06.543-312 – São Paulo; como empresa interessada no procedimento licitatório em epígrafe, como empresa interessada no procedimento licitatório em epígrafe, vem apresentar,

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.

acima referenciado, pelas razões a seguir, requerendo para tanto sua apreciação, julgamento e admissão.

Pretende a presente impugnação afastar do atual procedimento licitatório, exigências feitas em extrapolação ao disposto no estatuto que disciplina o instituto das licitações, com intuito inclusive, de evitar que ocorra direcionamentos e consequentes gastos desnecessários, obstando a busca pela economia de gastos públicos, principalmente em graves tempos de crise econômica pela qual passamos.

Trata-se de licitação na modalidade pregão presencial com intuito a:

“Registro de preço para contratação de empresa especializada na locação de equipamentos de tecnologia da Informação para uso administrativo e pedagógico, com suporte técnico total concomitante.”

Nobre Pregoeiro, nunca se deve perder de vistas que no campo licitatório, o interesse público reside e “reclama o maior número possível de concorrentes”. Tanto é verdade que a Constituição Federal, em seu art. 37, inc. XXI restringe a exigência de qualificação econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações.

12541/24
23 05 24
gpf. 04

Registre-se, que a empresa impugnante está estabelecida há mais de 20 anos neste segmento, sendo líder em outsourcing de impressão no país, sendo inclusive parte integrante do Grupo HP.

A Simpress é a maior empresa de outsourcing de impressão do país, bem como atua amplamente no ramo de Outsourcing de impressoras, Notebooks, Desktops, Mobile e detentora de mais de 1500 contratos ativos, sendo empresa de faturamento superior a um bilhão de reais ao ano.

Abaixo traremos as comprovações de que há manifesto superdimensionamento e direcionamento no edital, mitigando e encarecendo o presente processo, bem como mitigando a participação de diversas empresas e marcas disponíveis no mercado que habitualmente fornecem as diversas esferas do Governo Nacional.

1. DAS ALTERAÇÕES NECESSÁRIAS.

1.1. Do prazo exíguo para a entrega de equipamentos.

Seguem assim os requerimentos do edital:

“7.4. A entrega dos equipamentos deverá ocorrer em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.”

Caro Administrador, conforme acima, o edital concede apenas ínfimos 30 dias de implantação, sendo que tratamos da instalação física de quase 10 mil máquinas.

Notadamente o prazo adequado ora requerido, apenas permite a participação de empresas próximas do local de entrega ou atual fornecedor, reduzindo significativamente a probabilidade de adquirir uma proposta e custo equânime ao ofertado pelo mercado, pelo que requeremos sua alteração para 60 dias.

Veja que este próprio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, em seu pregão Nº 12/2021 para aquisição de microcomputadores, determinou o prazo de 30 dias para entrega dos equipamentos adquiridos, conforme podemos conferir abaixo:

11. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

11.1. Relativo ao prazo de fornecimento dos produtos: até 30 (trinta) dias corridos a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao do recebimento, do termo de autorização de fornecimento emitido pela **Coordenadoria-Geral de Infraestrutura e**

12541/24
23 05 24
05
JF.

Suporte (CIS), da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI).

Ora, a administração deve se assegurar de que as propostas apresentadas sejam viáveis e, para tanto, deve certificar os prazos de execução sejam coerentes com os de mercado.

Logo, sendo tais prazos insuficientes e em clara desconformidade com os usualmente praticados no mercado, inevitavelmente inviabilizará a contratação por preço justo e razoável de qualquer outro fornecedor que não seja o que já se encontra no local prestando os serviços.

Para Hely Lopes Meireles, evidencia-se a inexecuibilidade nas seguintes situações:

[...] A inexecuibilidade se evidencia nos preços zero, simbólicos ou excessivamente baixos, nos prazos impraticáveis de entrega e nas condições irrealizáveis de execução diante da realidade do mercado, da situação efetiva do proponente e de outros fatores, preexistentes ou supervenientes, verificados pela Administração. (MEIRELES, 2010, p. 202).

Na fixação do prazo de entrega do produto, deve-se levar em consideração a questão da localização geográfica do órgão licitante, de forma a permitir que o maior número de interessados tenha condições de participar da licitação, garantindo a ampla concorrência e a isonomia entre as licitantes.

Deve-se observar, ainda, o tempo que o licitante vencedor disporá entre o recebimento da ordem de compra/empenho e a efetiva entrega dos materiais, considerando o seguinte sistema operacional: separação dos produtos licitados, carregamento e deslocamento da sede da empresa até a sede da Autoridade Demandante.

A título ilustrativo, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais se manifestou em decisão liminar, in verbis:

“[...] se mostra desarrazoada e excessiva, comprometendo o caráter competitivo do certame, já que contribui para afastar potenciais fornecedores, incapazes de assumir tais obrigações em razão da distância entre suas sedes e o município, privilegiando apenas os fornecedores locais, o que contraria o disposto no inciso I do §1º do art. 3º da Lei nº 8.666/93.

12541/24
23 05 24
06
guf.

(Denúncia nº 862.524 – Relator: Conselheiro Cláudio Couto Terrão, sessão de julgamento para referendo pela Primeira Câmara em 1º/11/2011).

Ademais, a Egrégia Corte de Contas das União também consolidou entendimento, no Acórdão nº. 2441/2017, de que, in verbis:

“REPRESENTAÇÃO. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM EDITAL DE LICITAÇÃO. CONCESSÃO DE MEDIDA CAUTELAR. ESCLARECIMENTOS INSUFICIENTES PARA ELIDIR PARTE DAS IRREGULARIDADES SUSCITADAS. PROCEDÊNCIA PARCIAL. RESTRIÇÃO DO CARÁTER COMPETITIVO. ANULAÇÃO DO CERTAME. REVOGAÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR. CIÊNCIA. ARQUIVAMENTO. Cláusulas com potencial de restringir o caráter competitivo do certame devem ser objeto de adequada fundamentação, baseada em estudos prévios à licitação que indiquem a obrigatoriedade de inclusão de tais regras para atender às necessidades específicas do órgão, sejam de ordem técnica ou econômica. (ACÓRDÃO nº. 2441/2017 – PLENÁRIO – Data de Julgamento: 01/11/2017)”

Ainda no mesmo sentido, conforme enunciado firmado no Acórdão nº. 3306/2014 – Plenário:

“A hipótese de restrição à competitividade não deve ser examinada somente sob a ótica jurídica e teórica, deve levar em conta também se as cláusulas supostamente restritivas culminaram em efetivo prejuízo à competitividade do certame.”

Não se mostra razoável que a Administração Pública, a quem compete o exercício de suas obrigações pautada em mínimo planejamento, submeta empresas com quem contrata a súbitas necessidades, colocando-as em eterno estado de prontidão para atender a demandas em prazo demasiado exíguo.

As exigências retratadas, sem a menor dúvida, afrontam a competitividade e a razoabilidade, sendo contrária, portanto, aos princípios insculpidos no inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal.

“CF/88, art. 37, inc. XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que

12541124
23 05 24
07
J.F.

assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Notório que o principal objetivo dos procedimentos licitatórios é a prevalência do interesse público, mormente em se levando em conta o Princípio da Indisponibilidade dos Interesses da Administração Pública.

Assim, o Administrador Público deve buscar obter produtos de maior qualidade pelo menor preço possível, concedendo, pois, prazo razoável que permita um planejamento por parte da Administração de forma a nunca ocorrer a falta do material.

No caso em tela, o prazo concedido para entrega dos materiais é exíguo e seu cumprimento inexecutável. Tal prazo não comporta, sequer, o tempo de logística.

Quando desproporcional, o prazo do Edital para a entrega da mercadoria resulta em diminuição da concorrência, visto que apenas os fornecedores localizados em extrema proximidade do local de entrega podem participar; ademais, os prazos de entregas muito curtos importam em considerável aumento no custo de transporte.

Como sabido, os procedimentos licitatórios têm por finalidade precípua a obtenção da proposta mais vantajosa. Firme neste norte, a Administração Pública deve envidar esforços no sentido de não limitar a participação de competidores nos procedimentos licitatórios, observando neste os princípios que o regem, notadamente o da legalidade insculpido no inciso II do artigo 5º da novel Carta Magna.

"Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;"

Tratamos aqui da proibição da predileção ou favorecimento do Administrador Público por inclusão indevida de regras que não podem ser cumpridas pela maioria das eventuais licitantes.

12541/24
23 05 24
08
jup.

2. DO PEDIDO.

Diante do exposto, requer seja a presente Impugnação conhecida e julgada **PROCEDENTE** para que sejam alterados os itens impugnados.

Nesses termos,
Pede e espera deferimento.

LUIZ CARLOS
DE CAMARGO
JUNIOR

Assinado de forma digital
por LUIZ CARLOS DE
CAMARGO JUNIOR
Dados: 2024.05.22
17:13:07 -03'00'

Luiz Camargo
Advogado
OAB/SP 267.901